A black and white portrait of Thurgood Marshall, a man with a mustache, wearing a suit jacket, white shirt, and bow tie. He is standing in front of a bookshelf filled with books. The image has a slightly grainy, artistic quality.

**JUSTIÇA PARA TODOS**  
O LEGADO DE  
Thurgood Marshall

# JUSTIÇA PARA TODOS

## O LEGADO DE

# Thurgood Marshall

- 1** Atraindo os Tribunais para a Luta pelos Direitos Civis  
Michael Jay Friedman
- 6** O Processo do Século  
Michael Jay Friedman
- 11** Um Outro Pioneiro: Marshall, Juiz da Suprema Corte  
Michael Jay Friedman
- 14** Na Linha de Frente com Marshall: Entrevista com Jack Greenberg
- 17** Charles Hamilton Houston: Um Visionário da Igualdade Racial  
Mildred Solá Neely
- 19** Declaração de Direitos para o Quênia:  
O Papel de Marshall  
Mary L. Dudziak
- 21** Thurgood Marshall: Cronologia
- 23** O Legado de Thurgood Marshall
- 25** Bibliografia

Foto da capa: Thurgood Marshall em 11 de setembro de 1962, após a confirmação de sua nomeação para a 2ª Circunscrição do Tribunal Federal de Recursos pelo Senado



Thurgood Marshall, 1967

# Atraindo os Tribunais para a Luta pelos Direitos Civis

MICHAEL JAY FRIEDMAN

O nome Thurgood Marshall pode não ser tão conhecido fora dos Estados Unidos quanto o de outro líder que defendeu os direitos civis, Martin Luther King Jr. Ainda assim, o fato de ter conseguido demolir a estrutura legal que sustentava a segregação racial no sul dos Estados Unidos fez a causa dos direitos civis avançar tanto quanto os protestos não violentos liderados por King.

"Nenhum outro americano fez mais para afastar nosso país da selvageria da segregação do que Thurgood Marshall", disse o juiz da Suprema Corte Lewis Powell, seu colega.

Thoroughgood (nome real, que significa algo como "totalmente bom") Marshall nasceu em Baltimore, Maryland, em 2 de julho de 1908. Seu pai trabalhava como carregador em uma estação ferroviária e a mãe era professora do ensino fundamental. Na segunda série, o jovem Marshall encurtou seu nome para Thurgood. Cursou a Escola de Ensino Médio para Negros de Baltimore, uma escola segregada, e depois a Universidade de Lincoln, a "primeira instituição do mundo a oferecer educação superior no campo das artes e ciências para jovens afro-descendentes". A Lincoln formou figuras ilustres como Langston Hughes, colega de classe de Marshall e um dos que mais contribuíram para o movimento literário "Renascença do Harlem"; Kwame Nkrumah, o primeiro líder de Gana independente, e seu colega nigeriano Nnamdi Azikiwe.

Marshall rapidamente distinguiu-se como contador de história talentoso e exímio argumentador, atributos de um advogado de defesa de sucesso, e decidiu

seguir carreira na área de Direito. Pretendia estudar em uma escola próxima de sua casa, a Faculdade de Direito da Universidade de Maryland. Mas, por ser uma escola segregacionista, Maryland não aceitaria um estudante negro. Marshall não se inscreveu, mas aprendeu uma dura lição sobre discriminação e falta de oportunidade, fatores que impediram o progresso de muitos afro-americanos. Por ironia, a postura da Faculdade de Direito de Maryland acabou abrindo as portas para uma oportunidade inesperada para Marshall.

Ele se matriculou em uma instituição para negros, a Faculdade de Direito da Universidade de Howard, em Washington, D.C. Sua mãe teve de penhorar o anel de noivado e a aliança de casamento para pagar seus estudos. Marshall destacou-se nos estudos, formando-se em 1933 como o melhor aluno de sua turma. Na Howard, conheceu uma das maiores figuras — talvez pouco reconhecida — da história dos EUA, o vice-diretor Charles Hamilton Houston (veja "Charles Hamilton Houston: Um Visionário da Igualdade Racial").

Foi Houston quem idealizou a estratégia jurídica que Marshall empregaria nas salas de audiência — do *Deep South* (Alabama, Geórgia, Louisiana, Mississippi e Carolina do Sul) até a Suprema Corte dos Estados Unidos — para derrubar a segregação legal que ainda deixava os afro-americanos em desvantagem.

Após a Guerra Civil de 1861-65 e a libertação dos escravos no Sul dos Estados Unidos, o governo americano aprovou a 14ª Emenda à Constituição. A emenda proibia os estados de privar "qualquer pessoa

em sua jurisdição da proteção igualitária da lei". Porém, alguns anos mais tarde, os sulistas brancos apelaram para a segregação racial, prática conhecida como "Jim Crow". (Esse termo deriva de uma canção cantada em 1828 em uma apresentação teatral na qual um menestrel branco atuou pela primeira vez com o rosto pintado de preto.) Em 1896, no processo *Plessy vs. Ferguson*, a Suprema Corte apoiou essa prática ao declarar que instalações racialmente "separadas, mas iguais" atendiam à norma da "igualdade de proteção".

Houston e Marshall estavam determinados a reverter a decisão do processo *Plessy* nos tribunais americanos provando que, no mundo real, "separado nunca era igual". Sua estratégia exigia uma paciente

coleta de fatos que apoiassem seu argumento. Eles também perceberam que levaria tempo para se livrarem de *Plessy*. A idéia era derrubar a segregação legal pouco a pouco, um processo por vez.

Em 1934, Houston começou a trabalhar para a Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP), grupo inter-racial fundado em 1909 para trabalhar pelo fim da segregação e da discriminação. Ele viajou por todo o Sul para documentar para a NAACP o estado deplorável das escolas para negros. Marshall, que havia montado um escritório de advocacia em Baltimore, freqüentemente o acompanhava nessas viagens.



Charles Houston, mentor de Marshall, defendeu causas no tribunal durante os anos em que foi diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Howard



Esta foto de Thurgood Marshall no ensino médio foi tirada por volta de 1921-25



Escolas para "brancos" (ao alto) e para "negros" (acima) em Paxville, Carolina do Sul (1935-1950), onde, assim como em outros estados do Sul, as escolas para "brancos" costumavam receber duas ou três vezes mais verbas por aluno do que as escolas para afro-americanos

Em 1935, Marshall — tendo Houston como seu consultor — obteve sua primeira vitória contra a segregação legal no processo *Murray vs. Pearson*. Esse triunfo teve um sabor especial para Marshall, pois o réu era justamente a Faculdade de Direito da Universidade de Maryland, aquela que gostaria de ter freqüentado.

No tribunal estadual de Maryland, os advogados da faculdade argumentaram que a escola atendia à exigência de instalações "separadas, mas iguais" porque concedia bolsas de estudos a candidatos negros qualificados para que eles se matriculassem em faculdades de direito de outros estados. No processo *Murray v. Pearson*, o tribunal estadual de Maryland rejeitou esse argumento. Embora ainda não estivesse preparado para decidir contra a separação nas escolas públicas, o tribunal sustentou que as oportunidades alternativas que Maryland concedia aos candidatos negros à faculdade de direito não eram iguais. A Faculdade de Direito de Maryland foi obrigada a aceitar estudantes afro-americanos qualificados.

Após o triunfo no processo *Murray*, Marshall foi contratado como advogado da NAACP, subordinado a Houston. Em 1940, aos 32 anos, ele ajudou a fundar e tornou-se assessor jurídico chefe do Fundo de Defesa Legal da NAACP, dedicado a prestar assistência jurídica aos afro-americanos pobres. Naquele ano, conseguiu sua primeira vitória na Suprema Corte, com a decisão de que a cláusula de processo legal justo da 14ª Emenda proibia o uso de confissões obtidas sob coerção.

Nas duas décadas seguintes ao processo *Murray*, Marshall, Houston e a equipe de advogados especialistas em direitos civis da NAACP abalaram os alicerces da ordem segregacionista, um atrás do outro:

- No processo *Missouri ex rel. Gaines vs. Canadá* (1938), defendido por Houston, a Suprema Corte dos EUA estendeu a toda a nação a decisão de que se um estado tivesse apenas uma faculdade de direito ou outro tipo de escola, ele não poderia limitar as matrículas por raça.
- Em *Smith vs. Allwright* (1944), Marshall conseguiu uma decisão da Suprema Corte proibindo as eleições primárias "só de brancos", nas quais os

partidos políticos escolhiam seus candidatos para a eleição geral. Seu biógrafo, Juan Williams, descreve como Marshall considerava esse processo o seu maior triunfo: "Os segregacionistas exigiam que eles (os candidatos) apoiassem a segregação para obter a indicação do partido, e quando os negros e os hispânicos e, em alguns casos, até as mulheres, votavam na eleição geral, eles simplesmente estavam votando em um segregacionista ou em outro; eles não tinham escolha".

- No processo *Morgan v. Virgínia* (1946), Marshall conseguiu uma decisão da Suprema Corte proibindo a segregação nos ônibus interestaduais. Em um processo posterior, *Boynton vs. Virgínia* (1960), Marshall persuadiu o tribunal a ordenar a dessegregação dos terminais de ônibus e outras instalações disponíveis aos passageiros interestaduais. Esses processos levaram ao movimento "Freedom Ride" (Viagem da Liberdade) na década de 1960.
- No processo *Patton vs. Mississippi* (1947), a Suprema Corte aceitou o argumento de Marshall de que os júris dos quais os afro-americanos haviam sido sistematicamente excluídos não poderiam condenar réus afro-americanos.
- Em *Shelley vs. Kraemer* (1948), Marshall convenceu a Suprema Corte a declarar que, pela Constituição, os tribunais estaduais não podiam impedir a venda de imóveis a pessoas negras, mesmo se a propriedade fosse coberta por um acordo de restrições raciais. Esses acordos eram uma tática legal muito utilizada para impedir os proprietários de vender suas propriedades a negros, judeus e outras minorias.

Marshall atingiu a surpreendente marca de 29 vitórias nas 32 causas que defendeu perante a Suprema Corte. Esse espantoso recorde refletiu o grande talento jurídico reunido no Fundo de Defesa Legal da NAACP, a perspicácia de Marshall ao selecionar processos que contribuiriam para o avanço da estratégia da equipe de derrubar a segregação aos poucos, bem como suas próprias e formidáveis

habilidades jurídicas. Ele foi, conforme concluiu a United Press International:

... um tático admirável, com excepcional atenção aos detalhes, determinação e capacidade de concentrar-se em um objetivo – e uma voz grave que era sempre a mais forte da sala. Ele também tinha um charme tão extraordinário que até mesmo a autoridade policial sulista mais intransigente não resistia a suas histórias e brincadeiras.

Armado com essa potente combinação de amabilidade e competência, em 1946 Marshall persuadiu um júri de sulistas brancos a absolver 25 negros de uma acusação de tumulto. Em outras ocasiões, escapou por pouco de levar uma surra ou coisa pior a que todo afro-americano confiante estava sujeito no Sul de "Jim Crow".

Enquanto desmantelava as mentiras e os subterfúgios que por tanto tempo justificaram a segregação racial, Thurgood Marshall estava acumulando a experiência e sabedoria que um dia o levariam ao histórico processo *Brown vs. Conselho de Educação* e mais além.

---

*Michael Jay Friedman faz parte da equipe de redação do Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA. É doutor em história política e diplomática dos EUA.*

# O Processo do Século

MICHAEL JAY FRIEDMAN

**G**raças a Marshall e ao Fundo de Defesa Legal da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP), os tribunais federais decidiram que as escolas “separadas, mas iguais” realmente tinham que ser iguais. Essa foi uma conquista real, mas não o melhor instrumento para efetuar uma ampla mudança. Dificilmente os afro-americanos pobres das centenas de distritos escolares do Sul poderiam discutir judicialmente os méritos comparativos das escolas segregadas para brancos e para negros.

Apenas uma decisão judicial direta contra a própria segregação poderia eliminar de uma só vez disparidades como as existentes no condado de Clarendon, na Carolina do Sul, no qual os gastos públicos por aluno em 1949-50 foram em média de US\$ 179 para os alunos brancos e de apenas US\$ 43 para os negros. Marshall e sua equipe intervieram para obter uma sentença desse tipo no processo *Brown* e, durante o processo, mudaram a face da sociedade americana.

Quando chegou à Suprema Corte, a ação conhecida como *Brown vs. Conselho de Educação* compreendia cinco processos cíveis consolidados de quatro estados, incluindo Carolina do Sul (do condado Clarenton, ver fotos das escolas de Paxville, condado de Clarenton, na página 3) e Kansas. A ação de Topeka, Kansas, envolveu a aluna do ensino fundamental Linda Brown, que foi obrigada a frequentar uma escola para negros a 21 quarteirões de sua casa. Havia uma escola para brancos a apenas sete quarteirões.



Momentos após a decisão do processo *Brown vs. Conselho de Educação*, os advogados George E. C. Hayes, à esquerda, Thurgood Marshall, ao centro, e James M. Nabrit, à direita, cumprimentam-se pela vitória em frente à Suprema Corte dos EUA

Significativamente, o Tribunal de Primeira Instância indeferiu o pedido do autor da ação de Kansas (tecnicamente, o autor da ação era o pai de Linda Brown, o Rev. Oliver Brown) por achar que escolas segregadas para brancos e negros tinham qualidade comparável. Isso deu a Marshall a oportunidade para pedir à Suprema Corte que declarasse que as escolas segregadas, por definição e por questão de direito, eram desiguais e, portanto, inconstitucionais.

A estratégia legal de Marshall baseou-se em evidências oferecidas pelas ciências sociais. O Fundo

de Defesa Legal da NAACP reuniu um grupo de especialistas nas áreas de história, economia, ciências políticas e psicologia. Particularmente significativo foi um estudo no qual os psicólogos Kenneth e Mamie Clark tentaram determinar como a segregação afetava a auto-estima e o bem-estar mental dos afro-americanos. Algumas de suas dolorosas constatações: As crianças negras com idade entre três e sete anos preferiam bonecas brancas a bonecas negras, idênticas sob todos os demais aspectos.



Tropas federais escoltam estudantes negros que chegam à Escola Central de Ensino Médio de Little Rock, Arkansas, durante a primeira semana da integração, em setembro de 1957. Marshall ganhou o processo, que abriu caminho para que o governo federal enviasse tropas para proteger os estudantes negros dos manifestantes violentos e para que o governador do Arkansas chamasse a Guarda Nacional para frustrar a integração



Linda Brown Smith em foto de 1952, aos 9 anos. O pai de Smith entrou com uma ação civil pública que, juntamente com 4 outras ações, levou à histórica decisão do processo *Brown vs. Conselho de Educação*



Thurgood Marshall, à esquerda, chega ao Juízo Federal de primeira instância em Little Rock, Arkansas, em 20 de setembro de 1957. Com sua habilidade profissional, ele conseguiu forçar o governador de Arkansas, Orval Faubus, a retirar a Guarda Nacional da Escola Central de Ensino Médio e integrar a escola, que anteriormente era só para brancos

A Suprema Corte ouviu argumentos sobre o processo *Brown* em duas diferentes ocasiões. Na segunda, em 8 de dezembro de 1953, muitas pessoas perceberam que aquilo poderia entrar para a história. Havia longas filas para as 50 cadeiras reservadas ao público em geral. Os mais afortunados ouviram o procurador-geral adjunto dos EUA, J. Lee Rankin, oferecer o endosso do governo federal aos argumentos dos reclamantes. Ele declarou que os juízes tinham o "poder e o dever" de decidir que a segregação violava a Constituição. Os presentes também ouviram a forte argumentação de Thurgood Marshall: A questão, disse Marshall à Corte, é "se os desejos desses estados [segregacionistas] devem prevalecer ou a prevalência deve ser de nossa Constituição".

Em 17 de maio de 1954, uma decisão unânime da Suprema Corte acatou a estratégia de Marshall. Citando o trabalho de Clark e outros estudos identificados pelos autores da ação, a Suprema Corte determinou decisivamente:



A professora de jardim-de-infância de Baltimore, Gwendolyn Michaels, faz uma pergunta à sua classe em 7 de setembro de 1954

... no campo da educação pública, a doutrina de "separadas, mas iguais" não cabe. Instalações educacionais separadas são inerentemente desiguais. Portanto, declaramos que os autores da ação e outros em situação semelhante ... são, em função da segregação da qual se queixam, privados da igualdade de proteção legal, garantida pela 14ª Emenda.

O procurador da área educacional, Deryl W. Wynn, membro da mesa-redonda da Universidade de Oxford sobre Política da Educação, disse o seguinte sobre a importância do processo *Brown*:

Aqui temos a mais alta corte deste país dizendo basicamente que algo estava errado na maneira como os negros americanos estavam sendo tratados. ... Lembro-me de meu pai, que era adolescente na época, dizendo que a decisão o fez sentir-se como se fosse alguém. ... No nível pessoal, o real legado do processo *Brown* é que ele serve como um constante lembrete de que cada criança, cada um de nós, é alguém.

A Corte não especificou um prazo para o término da segregação escolar, mas no ano seguinte, em um grupo de processos conhecidos coletivamente como "Brown II", Marshall e seus colegas conseguiram uma decisão da Suprema Corte de que a dessegregação deveria continuar "com a máxima urgência".

Mesmo assim, a resistência continuou em partes do Sul. Em setembro de 1957, quando estudantes negros foram afastados à força da Escola Central de Ensino Médio de Little Rock, Arkansas, Marshall voou até a cidade e entrou com um processo no tribunal federal. A vitória de Marshall nesse processo abriu caminho para a declaração feita pelo Presidente Dwight Eisenhower em 24 de setembro: "Promulguei hoje um ato do Executivo ordenando o uso de tropas sob controle federal para ajudar na execução da lei federal em Little Rock, Arkansas. ... Não podemos permitir que o governo das massas ignore as decisões de nossas cortes."

No final, Marshall obteria outra decisão da Suprema Corte, desta vez ordenando a imediata dessegregação das escolas públicas de Little Rock.

Em 1956, Marshall — usando o processo *Brown* como decisão principal — veio em socorro legal de

Martin Luther King Jr. e seus seguidores no boicote aos ônibus de Montgomery, Alabama. O boicote começou em 1º de dezembro de 1955, incitado pela corajosa recusa de Rosa Parks de deixar seu assento para um homem branco, em um ônibus municipal segregado. Foram Marshall e o grupo de juristas da NAACP que defenderam os negros de Montgomery perante os tribunais. Em decisão promulgada em 13 de novembro de 1956, a Suprema Corte declarou inconstitucional a norma que relegava os negros à parte traseira do ônibus. A cidade de Montgomery recuou e o boicote acabou vencendo, no final.

Embora muitos profissionais dedicados tenham trabalhado com ele, ninguém contribuiu mais do que Thurgood Marshall para dismantelar a segregação legal. Poucos podem se orgulhar de uma folha de serviços maior, mas a carreira de Marshall no serviço público estava apenas começando. Ele apoiaria a causa dos direitos civis para todos no mais alto nível federal, como o primeiro afro-americano nomeado para a Suprema Corte.

## UM OUTRO PIONEIRO

# Marshall, Juiz da Suprema Corte

MICHAEL JAY FRIEDMAN

**A**té 1961, Thurgood Marshall havia contribuído para o fim legal da segregação tanto quanto qualquer americano. Graças aos seus esforços, ativistas como o Dr. Martin Luther King Jr. iriam ter a lei — assim como os milhões de americanos que a respeitam — ao seu lado. Ao posicionar a lei firmemente contra a segregação pública, Marshall e seus colegas contribuíram para um clima em que instrumentos como a Lei dos Direitos Civis de 1964 tomassem ilegais muitas formas de discriminação privada.

Diferentemente de King e outros líderes afro-americanos, Marshall enfrentou essa luta nos tribunais e depois dentro do próprio governo. Em mais uma medida para melhorar o clima para os negros, em 1961 o presidente John F. Kennedy nomeou Marshall para a 2ª Circunscrição do Tribunal Federal de Recursos, que atende aos estados de Nova York, Connecticut e Vermont. O Tribunal de Recursos é a segunda maior instância federal, e Marshall foi o segundo afro-americano a exercer o cargo de juiz de apelação federal.

Marshall proferiu 98 sentenças como juiz da Circunscrição. Nenhuma jamais foi reformada pela Suprema Corte.

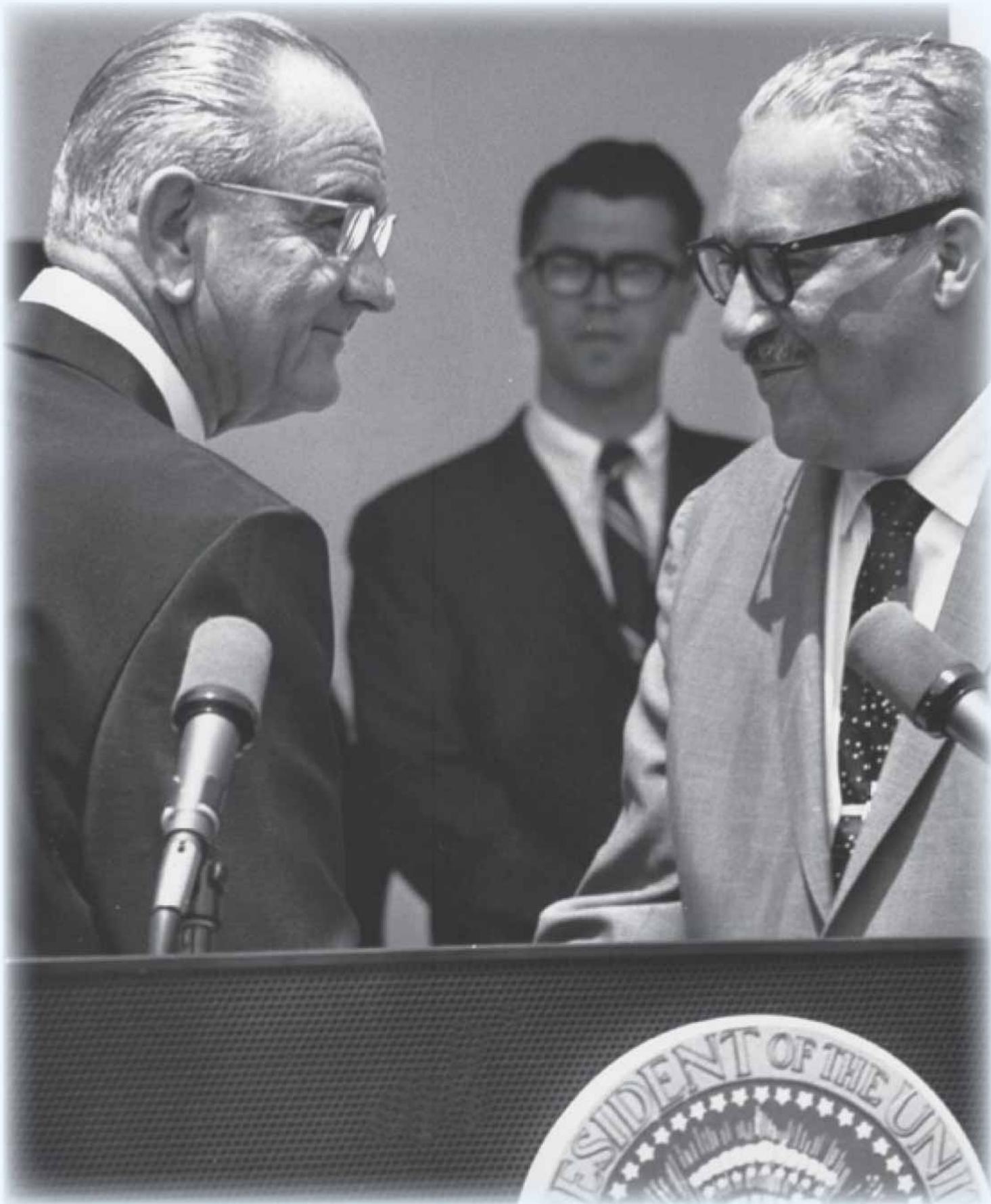
Em 1965, o presidente Lyndon B. Johnson nomeou Marshall, àquela altura vitorioso em cerca de 30 decisões da Suprema Corte, procurador-geral dos Estados Unidos. Isso significa que ele ficou responsável por defender as posições do governo perante a Suprema Corte.

Apropriadamente, seu primeiro trabalho como procurador-geral foi o de apresentar o processo federal



Marshall prepara-se para tomar posse como juiz da Suprema Corte dos EUA em 2 de outubro de 1967; sua esposa Cecília o ajuda com sua toga

relativo ao assassinato dos ativistas de direitos civis James Chaney, Andrew Goodman, e Michael Schwemer. As três vítimas, eleitores negros registrados, haviam sido mortas em 1964 por conspiradores racistas no condado de Nashoba, no Mississippi. O tribunal estadual do Mississippi não havia condenado os assassinos, mas Marshall persuadiu a Suprema Corte a exigir um julgamento por acusação federal de violação de direitos civis.



O presidente Lyndon B. Johnson, à esquerda, depois de anunciar em 13 de junho de 1967 a nomeação do procurador-geral Thurgood Marshall, à direita, para a Suprema Corte



Os juizes da Suprema Corte em 1990: de pé, a partir da esquerda, Anthony M. Kennedy, Sandra Day O'Connor, Antonin Scalia e David Souter. Sentados, a partir da esquerda: Harry A. Blackmun, Byron R. White, o presidente William H. Rehnquist, Thurgood Marshall e John Paul Stevens

Em 13 de junho de 1967, o presidente Johnson nomeou Marshall para juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, o primeiro afro-americano a atingir esse posto. “Acredito que ele já conquistou seu lugar na história”, disse o presidente. “Mas acho que a história será muito melhorada com seus préstimos na Corte”.

Johnson estava certo. Apesar da oposição de alguns senadores sulistas, Marshall foi confirmado e empossado como juiz da Suprema Corte em 2 de outubro de 1967. Ele rapidamente despontou como um defensor confiável dos direitos “do trabalho organizado, das minorias raciais, da emancipação das mulheres, da ampliação da liberdade de expressão e da limitação da autoridade policial”, escreveu o professor de direito de Harvard, Randall L. Kennedy. “Nenhum membro da Suprema Corte foi tão profundamente consciente das desigualdades sociais.”

O juiz Marshall foi um opositor obstinado da pena capital e votou pela revogação de toda sentença de morte que chegava à Corte. Provou ser um defensor da liberdade de expressão tão ferrenho quanto havia sido dos direitos civis. Em 1972, Marshall ficou do lado de Earl Mosley, um empregado dos correios que havia feito piquete numa escola pública de ensino médio com um cartaz denunciando racismo na escola. Quando a

cidade aprovou uma lei proibindo manifestações dentro de um raio de 50 metros das escolas, exceto as trabalhistas, Mosley desafiou a lei. Marshall argumentou que a cidade não tinha como fazer distinção entre os tipos de discurso. Ele escreveu:

Acima de tudo, a Primeira Emenda diz que o governo não tem poder para restringir a expressão em função de sua mensagem, suas idéias, seu assunto ou seu conteúdo. Para permitir a edificação contínua de nossa política e nossa cultura, e para garantir a auto-realização de cada pessoa, é garantido ao nosso povo o direito de exprimir qualquer idéia, livre da censura do governo.

Marshall serviu na Suprema Corte até 1991. Morreu em 1993 aos 84 anos. O presidente Bill Clinton foi ao funeral de Marshall na Catedral Nacional em Washington, D.C., que foi televisionado para toda a nação. O presidente da Suprema Corte, William Rehnquist, disse em seu elogio fúnebre:

Grafadas acima da porta principal do prédio da Suprema Corte estão as palavras “Igualdade de justiça perante a lei”. Com certeza ninguém fez mais para transformar essas palavras em realidade do que Thurgood Marshall.

## NA LINHA DE FRENTE COM MARSHALL

# Entrevista com Jack Greenberg

**E**m 1954, Jack Greenberg era um advogado de 27 anos que trabalhava com Thurgood Marshall no processo *Brown vs. Conselho de Educação*, sobre o qual a Suprema Corte deliberou pela inconstitucionalidade da segregação racial. Nesta entrevista, Greenberg compartilha suas idéias sobre o legado de Thurgood Marshall. Greenberg é professor de Direito na Universidade de Colúmbia, em Nova York, e autor de vários livros, entre eles, *Crusaders in the Courts: Legal Battles of the Civil Rights Movement* [Cruzadas nos Tribunais: Batalhas Jurídicas do Movimento pelos Direitos Civis] (2004).

Alexandra Abboud, da equipe de redação do Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA, entrevistou Greenberg.

**Pergunta:** Na sua opinião, qual foi o significado histórico e social da decisão do processo *Brown vs. Conselho de Educação*, em 1954?

**GREENBERG:** *Brown* foi um processo sobre segregação escolar cujo resultado estabeleceu a inconstitucionalidade das leis em vigor no sul dos Estados Unidos que proibiam negros e brancos de frequentar a mesma escola. Mas, o mais importante, o processo *Brown* foi como uma máquina de quebrar gelo perfurando o mar congelado do racismo. Ele rompeu o sistema racista que era essencialmente cristalizado na sociedade americana. Tivemos senadores no Sul que foram eleitos somente por

brancos e continuaram a ser eleitos e reeleitos, e seu poder estava em excluir os negros da participação política. O processo *Brown* acabou com tudo isso.

**Pergunta:** Quais as qualidades de Thurgood Marshall como advogado que ajudaram na vitória do processo *Brown*?

**GREENBERG:** Thurgood Marshall era centrado. Ele sempre acreditou na integração racial e queria acabar com as leis e as práticas de segregação nos Estados Unidos. Eu o compararia ao general George Marshall durante a Segunda Guerra Mundial. Marshall foi capaz de manter todas as tropas unidas, a despeito das diferentes áreas, competências e habilidades. Ele as reuniu em uma unidade focada.

Trabalhávamos com professores de Direito, médicos, psicólogos sociais e historiadores. Ele era como o regente de uma orquestra que reunia a todos e os levava a se concentrar em uma melodia única.

**Pergunta:** O processo *Plessy vs. Ferguson*, em 1896, resultou na doutrina “separadas, mas iguais”, segundo a qual a segregação entre negros e brancos era legal desde que as instalações separadas tivessem a mesma qualidade. No processo *Brown*, Marshall usou pela primeira vez o argumento de que “separadas”, por definição, não poderiam ser iguais. Como Marshall e sua equipe de advogados decidiram que era o momento de enfrentar o desafio com o processo *Brown*?



Jack Greenberg, segundo à esquerda, e Thurgood Marshall, assessor jurídico chefe da NAACP, último à direita, trabalham em processo judicial na Flórida em 1952



Foto de 1954 mostrando os advogados do Fundo de Defesa Legal e de Educação da NAACP. Da esquerda para direita, Louis L. Redding, Robert L. Carter, Oliver W. Hill, Thurgood Marshall e Spottswood W. Robinson III

**GREENBERG:** Em 1935, Marshall ganhou um processo no estado de Maryland envolvendo a admissão de um estudante negro na Faculdade de Direito da Universidade de Maryland. O estudante foi admitido porque não havia escola de Direito para negros. Esse processo nunca chegou à Suprema Corte; foi ganho nos tribunais estaduais de Maryland. Em 1939, houve um processo no Missouri que chegou à Suprema Corte dos EUA, e a Universidade de Missouri foi obrigada a admitir um negro em sua Faculdade de Direito porque não existiam instituições equivalentes para negros no estado de Missouri.

Depois, em 1950, houve dois processos, um do Texas e outro de Oklahoma. À medida que o processo do Texas prosseguia, o estado, percebendo que o resultado poderia acarretar consequências desfavoráveis, construiu uma faculdade de Direito para negros. O estabelecimento tinha duas salas, não dispunha de biblioteca jurídica, de revistas jurídicas e não tinha ex-alunos, mas o estado afirmava ser igual, o que era uma alegação ridícula. E a Suprema Corte deliberou que a avaliação educacional consiste em muito mais do que apenas livros, tijolos e reboco. Há os valores intangíveis, consubstanciados pelos relacionamentos com os outros estudantes, o que se aprende com eles e as relações duradouras que se constroem quando se está na escola.

No outro processo, um estudante negro foi excluído da Escola de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Oklahoma. À medida que o processo avançava, não construíram outra escola para ele; em vez disso, permitiram que se sentasse do lado de fora da porta da sala e olhasse para dentro. Por fim, foi-lhe permitido ficar dentro da sala de aula e sentar-se em uma carteira onde se lia “somente para negros”. E a Suprema Corte considerou a ação de separá-lo dos demais alunos uma medida que interferiu na sua capacidade de aprender.

Assim, o tribunal evoluiu cada vez mais para o reconhecimento dos valores intangíveis da educação, admitindo que, independentemente do que se fizesse, não haveria igualdade enquanto a separação fosse mantida.

No processo *Brown*, o impulso dado pelas ações anteriores, ou a sua implicação, deixou explícito: escolas separadas nunca poderiam ser iguais.

**Pergunta:** Qual é o legado histórico do Fundo de Defesa Legal (LDF) da NAACP?

**GREENBERG:** O trabalho do LDF mostrou que a lei pode fazer muito. O LDF foi o primeiro escritório de advocacia de interesse público e institucionalizou o Direito de interesse público. Ganhou decisões na Suprema Corte afirmando que a prática da advocacia de interesse público é um direito constitucional e pôs fim à segregação racial. Atualmente, há grande proliferação desses escritórios por todo o país, os quais representam uma ampla variedade de questões políticas e sociais.

**Pergunta:** O senhor é professor na Faculdade de Direito da Universidade de Colúmbia. Há atualmente muitos estudantes interessados na prática advocatícia dos direitos civis?

**GREENBERG:** Um grande número de estudantes ainda se interessa pela advocacia de interesse público. Logo que cheguei à Universidade da Colúmbia, iniciei um curso de Direito de interesse público que oferece bolsas de estudo e estágios durante o verão. Atualmente centenas de alunos se matriculam nesse curso. Na verdade, há tanta procura pelo Direito de interesse público que não há vagas suficientes para todos os interessados.

CHARLES HAMILTON HOUSTON

# Um Visionário da Igualdade Racial

MILDRED SOLÁ NEELY

**C**harles Hamilton Houston, orientador de Thurgood Marshall e professor de Direito, foi o brilhante intelectual responsável pela elaboração da estratégia que acabou com a segregação legalizada nos Estados Unidos. A campanha de litígios lançada por Houston para reverter a decisão do processo *Plessy vs. Ferguson* sobre instituições “separadas, mas iguais” preparou o caminho para a vitória de Marshall no processo *Brown vs. Conselho de Educação*.

Houston acreditava firmemente no poder da lei como fator de mudança social. Nos anos posteriores ao processo *Plessy*, os afro-americanos perceberam que a existência de escolas “separadas, mas iguais” – instaladas em prédios de má qualidade, frequentemente superlotadas e com pouco ou nenhum livro e material escolar – era pura enganação. Houston convenceu a Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP) de que era possível acabar com a discriminação educacional se os processos judiciais da organização conseguissem tornar a manutenção da segregação com “igualdade” extremamente cara.

A quantidade de processos vencidos por Houston e depois por Marshall como advogados da NAACP comprovou a tese de Houston. Quase um século depois da Guerra Civil, o processo *Brown* proporcionou aos afro-americanos melhores oportunidades educacionais. Entre elas, a de frequentar as principais faculdades e universidades dos Estados Unidos, ingresso para uma vida melhor para muitos americanos negros e brancos.

Houston nasceu em 1895 em Washington, D.C. Tinha apenas 19 anos quando se formou pela



Charles Hamilton Houston em foto sem data

Faculdade Amherst e foi servir na I Guerra Mundial em uma unidade segregada do exército americano. Estudou Direito na Universidade de Harvard e foi o primeiro editor afro-americano da prestigiada revista jurídica da instituição. Houston também recebeu o título de Ph.D. em Ciências Jurídicas por Harvard e o grau de doutor em Direito Civil pela Universidade de Madri, na Espanha.



O jovem Thurgood Marshall, de pé; Donald Gaines Murray, ao centro; e Charles Houston, à direita, preparam um processo de dessegregação contra a Universidade de Maryland, em 1935

Em 1924, Houston voltou para Washington e trabalhou em período parcial como professor na Faculdade de Direito da Universidade de Howard, uma instituição tradicionalmente para negros. Howard contratou Houston em 1929 para chefiar a Faculdade de Direito. Em apenas seis anos, ele melhorou de forma radical a educação dos estudantes afro-americanos de Direito, obteve o credenciamento pleno da instituição e criou um grupo de advogados especializados em direitos civis. No livro *Black Profiles* [Perfis de Negros], George R. Metcalf revela que Houston aceitou o emprego com o objetivo de transformar Howard na “West Point da liderança negra, para que os negros conquistassem a igualdade combatendo a segregação nos tribunais”.

Durante o período em que esteve na Faculdade de Direito da Universidade de Howard, Marshall lembrou que Houston “deixou claro para todos nós que quando terminássemos, deveríamos sair e fazer alguma coisa com relação à nossa vida”.

Em 1935, Houston tomou-se assessor especial da NAACP, cercado-se de um grupo seletivo de jovens

advogados, a maioria deles de Howard. Essa equipe – da qual Marshall fazia parte – começou a ganhar um processo judicial atrás do outro na Suprema Corte. Esses processos sobre discriminação racial – que tratavam de questões que iam desde a pena de morte à moradia – foram cuidadosamente selecionados por Houston para pôr abaixo os fundamentos legais da segregação.

Após assumir um desses processos que se tornou parte da ação *Brown*, os problemas de saúde de Houston o obrigaram a se demitir do Fundo de Defesa Legal da NAACP. Thurgood Marshall foi seu sucessor.

Houston morreu em 22 de abril de 1950, quatro anos antes de seu brilhante aluno ganhar o processo *Brown vs. Conselho de Educação*.

Em seu funeral, o colega de Houston em Howard, William Hastie, declarou em louvor cheio de lágrimas: “Ele nos guiou através da selvageria legal da cidadania de segunda classe. Ele foi o verdadeiro Moisés dessa jornada.”

---

*Mildred Solá Neely é da equipe de redação do Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA.*

# DECLARAÇÃO DE DIREITOS PARA O QUÊNIA

## O Papel de Marshall

MARY L. DUDZIAK

**E**m Janeiro de 1960, o renomado advogado americano especialista em direitos civis, Thurgood Marshall, foi ao Quênia tentar uma mudança de leis em um novo contexto. Marshall foi convidado por Tom Mboya, jovem líder nacionalista queniano, para ajudar seus compatriotas nas negociações sobre uma nova constituição para o Quênia, à época uma colônia inglesa. Marshall havia conseguido uma mudança de lei histórica nos Estados Unidos, obtendo vitória em processos como *Brown vs. Conselho de Educação*, sobre a inconstitucionalidade da segregação racial em escolas públicas. As leis na África, no entanto, eram inteiramente novas para ele.

Marshall defrontou-se com um cenário político tenso. O governo colonial do Quênia havia reagido ao movimento de resistência Mau Mau decretando estado de emergência, prendendo o principal líder nacionalista, Jomo Kenyatta e restringindo a organização política. Mas a mudança estava a caminho. Apenas em 1960, dezessete nações africanas conseguiriam a independência, e em janeiro daquele ano o governo britânico sediou uma conferência, na qual, pela primeira vez, africanos quenianos tomaram parte nas negociações constitucionais, representando um passo rumo à independência.

Marshall e Mboya foram a Kiambu, fora de Nairóbi, para se reunir com líderes nacionalistas. Embora tivessem recebido a permissão exigida para a reunião, uma autoridade colonial barrou a participação de Marshall. A permissão para sua participação havia sido revogada. Esse incidente ajudou Marshall a avaliar as dificuldades que os africanos enfrentavam diariamente sob as normas coloniais. Mais tarde, em declaração à imprensa, afirmou: “chegou a hora da independência e da liberdade para o Quênia”. “Essas pessoas já agüentaram demais”, escreveu à sua esposa, “e não estão dispostas a tolerar mais nada”.



O primeiro-ministro do Quênia, Jomo Kenyatta, à esquerda, dá as boas-vindas a Thurgood Marshall em sua chegada a Nairóbi, em 11 de julho de 1965

Mais tarde naquele mês, Marshall e um grupo de líderes nacionalistas deixaram o Quênia para participar da Conferência de Lancaster House, em Londres, sobre a Constituição do Quênia. Quatro delegações estavam presentes. Elas representavam os nacionalistas africanos; um partido só de brancos; indígenas asiáticos — grupo minoritário no Quênia; e um grupo racial misto. Marshall era o único presente que não era britânico nem queniano.

Os conferencistas chegaram a um consenso preliminar sobre direito de voto e representação africana majoritária na legislatura. Isso fez com que a questão da proteção dos direitos das minorias se tornasse especialmente importante. Na conferência, o líder nacionalista Ronald Ngala disse que “a melhor forma de salvaguarda para todas as raças no Quênia seria uma Declaração de Direitos imposta por um

judiciário independente”. Ele anunciou que Marshall, “especialista em minorias e direitos civis, havia sido contratado” pelo seu grupo para elaborar uma proposta de Declaração de Direitos.

A Declaração de Direitos de Marshall não seria apenas um transplante da declaração americana. Embora parecesse incorporar soluções pragmáticas para problemas enfrentados pelo Quênia, ela oferecia uma visão idealizada de direitos que continha algumas proteções não incluídas no direito constitucional americano. O preâmbulo frisava que “todas as pessoas são iguais perante a lei”, e proibia a discriminação com base em raça, cor, sexo, religião e outros fatores. Propunha direitos que garantissem liberdade de religião, de expressão e de imprensa; direito de não ser escravizado ou privado de liberdade; e direito ao voto. Direitos de bem-estar social, desconhecidos no contexto dos EUA, foram explicitados: direito a saúde, educação e bem-estar social e direito ao trabalho, inclusive “remuneração justa e favorável garantindo ... uma existência à altura da dignidade humana”. Entretanto, Marshall não estava traçando um caminho inteiramente novo. Contou com as constituições da Nigéria e da Malásia, recentemente promulgadas, semelhantes à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O texto que garantia direitos de propriedade provou ser o mais controvertido. Propriedade era uma questão de intenso conflito no Quênia. As terras mais valiosas haviam sido originalmente tribais e agora eram propriedade exclusiva de colonizadores brancos. Os colonizadores acreditavam que seus direitos de propriedade deveriam ser protegidos, mas os nacionalistas queriam reforma agrária e reassentamento. Marshall recomendou que as disposições da Constituição nigeriana fossem adaptadas às condições do Quênia. O confisco de propriedade privada pelo governo poderia ser feito apenas para fins públicos e exigiria compensação justa. Uma modificação acrescentou o direito de apelação diretamente à mais alta corte do Quênia. A intenção era proteger a minoria dos colonizadores de abusos do governo.

Um argumento irrompeu no comitê: Que “finalidade pública” permitiria o confisco de terras pelo governo? Alguns colonizadores brancos queriam essa explicação redigida de maneira bem clara. Mas isso exigiria que os africanos desenvolvessem uma política de reforma agrária de imediato – o que eles não estavam em

condições de fazer. As diferenças sobre essa questão eram muito profundas para serem resolvidas em Lancaster House, e a reunião terminou deixando o assunto em aberto. O secretário colonial, Ian Mcleod, destacou a Declaração de Direitos de Marshall como uma contribuição útil. Mais tarde, um esquema de compra total de terras com financiamento do Banco Mundial aliviou a pressão para a resolução da questão dos direitos de propriedade, permitindo que as negociações constitucionais subsequentes focassem outros temas. A Declaração de Direitos final da Constituição de Independência do Quênia de 1963 foi elaborada com base em muitos dos direitos que Thurgood Marshall desenvolveu, inclusive direitos de propriedade, mas não incluiu todos os direitos abrangentes de bem-estar social que ele havia concebido.

Tom Mboya comentou o envolvimento de Marshall em carta de 1960: “Não sei se escrever cartas será suficiente para agradecer seu bom trabalho na Conferência em Londres. ... Na certeza de que expresse o pensamento de todos nós, digo que não há pessoa mais fácil de se trabalhar, e qualquer um de nós que estivesse apreensivo antes da sua chegada foi facilmente desarmado assim que o conheceu”. Mboya escreveu: “Como o senhor mesmo disse, o senhor estava feliz em voltar para casa, e nós estávamos felizes em recebê-lo em casa”.

Em 1963, Marshall retornou como convidado do primeiro-ministro Kenyatta para as cerimônias de independência do Quênia. Embora sua carreira o tenha levado a receber importantes indicações no âmbito federal, inclusive, por fim, à Suprema Corte dos EUA, ele nunca esqueceu o Quênia. Marshall se orgulhava de ter estado lá no início, ajudando na elaboração dos princípios constitucionais desde o começo. E do Quênia são suas histórias mais apreciadas, que compartilhou com seus colegas, sua família e seus amigos, até o final dos seus dias.

---

*Mary Dudziak é titular da cátedra Juiz Edward J. and Ruey L. Guirado de Direito, História e Ciências Políticas da Escola de Direito da Universidade do Sul da Califórnia e autora de Cold War Civil Rights: Race and the Image of American Democracy [Direitos Civis na Guerra Fria: Racismo e a Imagem da Democracia Americana (Princeton University Press, 2000). Sua pesquisa é centrada em abordagens internacionais à história jurídica.*

*As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA*

## THURGOOD MARSHALL:

# Cronologia

**2 de julho de 1908:** Nasce em Baltimore, Maryland. Mais tarde, cursa as escolas de ensino fundamental Samuel Coleridge Taylor e Booker T. Washington.

**1921-1925:** Estuda na Colored High and Training School, cujo nome muda para Escola de Ensino Médio Frederick Douglass em 1923.

**1929:** Casa-se com Vivian Burey.

**1930:** Forma-se *cum laude* na Universidade de Lincoln, em Lincoln, Pensilvânia.

**1933:** Forma-se em primeiro lugar da sua turma na Faculdade de Direito da Universidade de Howard.

**1934:** Começa a trabalhar na filial de Baltimore da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP).

**1935:** Com Charles Hamilton Houston, seu mentor e amigo, ganha a primeira causa importante de direitos civis, o processo *Murray vs. Pearson*, acabando com a segregação racial na Faculdade de Direito da Universidade de Maryland. Essa é a escola que não aceitou Marshall por causa de sua raça.

**1936:** Torna-se assessor especial adjunto da NAACP em Nova York.

**1940-1961:** Atua como diretor jurídico da NAACP. Em 1940, obtém a primeira de suas vitórias na Suprema Corte, *Chambers vs. Flórida*. Marshall ganhou 29 das 32 causas que defendeu.

**1950:** Obtém duas vitórias na Suprema Corte em dois processos de integração em cursos de pós-graduação, *Sweatt vs. Painter* e *McLaurin vs. os curadores do estado de Oklahoma*.

**1951:** Visita a Coréia do Sul e o Japão para examinar acusações de racismo nas Forças Armadas americanas. Relata que a prática geral era de “rígida segregação”.

**1954:** Ganha o processo *Brown vs. Conselho de Educação*, a ação histórica que marca o fim da segregação nas escolas nos Estados Unidos.

**Fev. 1955:** Morre Vivian Marshall.

**Dez. 1955:** Casa-se com Cecília A. Suyat; dessa união nascem seus dois filhos, Thurgood Jr. e John William.

**1961:** Indicado e nomeado para a 2ª Circunscrição do Tribunal Federal de Recursos. Profere 112 sentenças, todas elas mantidas pela Suprema Corte.

**1965:** Nomeado procurador-geral dos Estados Unidos pelo presidente Lyndon Johnson; vence 14 das 19 causas que defendeu para o governo de 1965 a 1967.

**1967:** Torna-se o primeiro afro-americano nomeado para a Suprema Corte dos Estados Unidos, de 1967 a 1991.

**1991:** Aposenta-se da Suprema Corte.

**1993:** Morre aos 84 anos em Bethesda, Maryland.



Cecilia Marshall, viúva de Thurgood, desvela selo comemorativo em homenagem a seu marido em 29 de julho de 2002

# O Legado de Marshall

---

**A**s enormes conquistas de Thurgood Marshall, seu comprometimento com a igualdade entre todos os homens e mulheres e o exemplo de coragem e dedicação que deixou para as gerações vindouras são homenageados e lembrados por todos os Estados Unidos. Essas são apenas algumas das instituições e alguns dos prêmios em sua homenagem:

## Fundos para bolsas de estudo e prêmios

Prêmio Thurgood Marshall

<http://www.abanet.org/irr/marshall-award.html>

Programa Thurgood Marshall de Oportunidades para Formação Jurídica

<http://www.ed.gov/programs/legal/index.html>

Fundo para Bolsas de Estudo Thurgood Marshall

<http://www.thurgoodmarshallfund.org/index.html>

## Instituições

Faculdade Thurgood Marshall, San Diego, CA

<http://provost.ucsd.edu/marshall/>

A Universidade da Califórnia, em San Diego, homenageou Thurgood Marshall dando seu nome a uma de suas faculdades.

Biblioteca Thurgood Marshall da Escola de Direito da Universidade de Maryland

<http://www.law.umaryland.edu/marshall/>

A Escola de Direito da Universidade de Maryland,

que Marshall lutou para dessegregar, foi renomeada e dedicou a ele sua biblioteca jurídica.

Escola de Direito Thurgood Marshall da Universidade do Sul do Texas, Houston, TX

<http://www.tsu.edu/academics/law/index.asp>

Escola de Ensino Fundamental Thurgood Marshall, San Diego, CA

<http://marshallmiddle.org/>

Escola de Ensino Médio Thurgood Marshall, Baltimore, MD

[http://www.bcps.k12.md.us/School\\_Info/Index.asp?schoolNum=424&imageField.x=9&imageField.y=8](http://www.bcps.k12.md.us/School_Info/Index.asp?schoolNum=424&imageField.x=9&imageField.y=8)

Academia Thurgood Marshall, Washington, DC

<http://www.thurgoodmarshallacademy.org/>

Escola de Ensino Fundamental Thurgood Marshall, Gaithersburg, MD

<http://www.mcps.k12.md.us/schools/thurgoodmarshalles/>

Centro de Aprendizagem Thurgood Marshall, Rock Island, IL

<http://homepage.risd41.org/tmlc/>

## Edifícios

Aeroporto Internacional Thurgood Marshall de Baltimore/Washington

[http://www.bwiairport.com/about\\_bwi/thurgood\\_marshall/](http://www.bwiairport.com/about_bwi/thurgood_marshall/)

Edifício Thurgood Marshall do Judiciário Federal em Washington, DC

[http://www.fjc.gov/public/home.nsf/autoframe?openform&url\\_l=/public/home.nsf/inavgeneral?openpage&url\\_r=/public/home.nsf/pages/104](http://www.fjc.gov/public/home.nsf/autoframe?openform&url_l=/public/home.nsf/inavgeneral?openpage&url_r=/public/home.nsf/pages/104)

Memorial Thurgood Marshall em Annapolis, MD

<http://www.mdarchives.state.md.us/msa/stagser/s1259/121/6259/html/0001.html>

Estátua de Thurgood Marshall no centro da cidade de Baltimore, na parte externa do Edifício Federal e Fórum dos EUA

<http://www.baltimoremd.com/monuments/thurgood.html>

## Centros de pesquisa e Revistas jurídicas

Centro Thurgood Marshall de Serviços e Patrimônio  
<http://www.thurgoodmarshallcenter.org/>

Thurgood Marshall Law Society, Inc. de Rhode Island  
<http://www.tmls.org>

Revista Jurídica Thurgood Marshall

<http://www.tsu.edu/academics/law/academic/review.asp>

---

*O Departamento de Estado dos EUA não se responsabiliza pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos de outras agências e organizações relacionados acima. Todos os links de internet estavam ativos em janeiro de 2007.*



Juiz Thurgood Marshall e sua família na parte externa do prédio da Suprema Corte em Washington, D.C., em 1o de setembro de 1967, após seu juramento como juiz da Suprema Corte

# Bibliografia

---

## LIVROS

Aldred, Lisa. *Thurgood Marshall : Supreme Court Justice* [Thurgood Marshall: Juiz da Suprema Corte]. Filadélfia, PA Chelsea House Publishers, c2005.

Ball, Howard. *A Defiant Life: Thurgood Marshall and the Persistence of Racism in América* [Uma Vida de Desafios: Thurgood Marshall e a Persistência do Racismo nos Estados Unidos]. Nova York: Crown Publishers, 1998.

Bland, Randall Walton. *Private Pressure on Public Law: The Legal Career of Justice Thurgood Marshall* [Pressão Privada sobre a Legislação Pública: A Carreira Jurídica do Juiz Thurgood Marshall]. Port Washington, NY: Kennikat Press, 1973.

Bland, Randall Walton. *Justice Thurgood Marshall, Crusader for Liberalism: His Judicial Biography* [Juiz Thurgood Marshall, Cruzado do Liberalismo: Biografia Jurídica]. Bethesda, MD: Academica Press, ©2001.

Davis, Michael D. e Hunter R. Clark. *Thurgood Marshall : Warrior at the Bar, Rebel on the Bench* [Thurgood Marshall: Guerreiro na Ordem dos Advogados, Rebelde nos Tribunais]. Secaucus, NJ: Carol Pub. Group, 1994.

Fenderson, Lewis H. *Thurgood Marshall: Fighter for Justice* [Thurgood Marshall: Combatente da Justiça]. Nova York: McGraw-Hill, 1969.

Goldman, Roger L. e David Gallen. *Thurgood Marshall: Justice for All* [Thurgood Marshall: Justiça para Todos]. Nova York: Carroll & Graf, 1992.

Greenberg, Jack. *Crusaders in the Courts: How a Dedicated Band of Lawyers Fought for the Civil Rights Revolution* [Cruzados nos Tribunais: Como

uma Dedicada Equipe de Advogados Lutou pela Revolução dos Direitos Civis]. Nova York: Basic Books, 1994.

Marshall, Thurgood. *Supreme Justice: Speeches and Writings* [Juiz da Suprema Corte: Discursos e Escritos]. Filadélfia, PA University of Pennsylvania Press, 2003.

Rowan, Carl Thomas. *Dream Makers, Dream Breakers: The World of Justice Thurgood Marshall* [Construtores de Sonhos, Demolidores de Sonhos: O Mundo do Juiz Thurgood Marshall]. Boston: Little Brown & Co., 1993.

Tushnet, Mark V. *Making Civil Rights Law: Thurgood Marshall and the Supreme Court, 1936-1961* [Elaboração da Legislação sobre Direitos Civis: Thurgood Marshall e a Suprema Corte, 1936-1961]. Nova York: Oxford University Press, 1994.

Tushnet, Mark V. *Making Constitutional Law: Thurgood Marshall and the Supreme Court, 1961-1991* [Elaboração da Legislação Constitucional: Thurgood Marshall e a Suprema Corte, 1961-1991]. Nova York: Oxford University Press, 1997.

Tushnet, Mark V. *Thurgood Marshall: His Speeches, Writings, Arguments, Opinions, and Reminiscences* [Thurgood Marshall: Discursos, Escritos, Argumentações, Opiniões e Reminiscências]. Chicago: Lawrence Hill Books, 2001.

Williams, Juan. *Thurgood Marshall: American Revolutionary* [Thurgood Marshall: Revolucionário Americano]. Nova York: Times Books, 1998.

## ARTIGOS

Baine, Kevin T. "Wit, Wisdom, and Compassion of Justice Thurgood Marshall" [A Perspicácia, a Sabedoria e a Compaixão do Juiz Thurgood Marshall], *Hastings Constitutional Law Quarterly*, vol. 20 (segundo trimestre de 1993): pp. 497-502.

Barker, Lucius J. "Thurgood Marshall, the Law, and the System: Tenets of an Enduring Legacy" [Thurgood Marshall, a Lei e o Sistema: Dogmas de um Legado Duradouro], *Stanford Law Review*, vol. 44 (terceiro trimestre de 1992), pp. 1237-1247.

Bloch, Susan Low. "Thurgood Marshall: Courageous Advocate, Compassionate Judge" [Thurgood Marshall: Defensor Corajoso, Juiz Compassivo], *Georgetown Law Review*, vol. 80 (1993): pp. 2003-2009.

O'Connor, Sandra Day. "Thurgood Marshall: The Influence of a Raconteur" [Thurgood Marshall: A Influência de um Bom Contador de Histórias]. *Stanford Law Review*, vol. 44 (terceiro trimestre de 1992), pp. 1217-1220.

Williams, Juan. "Marshall's Law: The Triumph of Thurgood Marshall" [A Lei de Marshall: O Triunfo de Thurgood Marshall], *Washington Post Magazine* (7 de janeiro de 1990), p. SM12-29.

## SITES

### **Thurgood Marshall nos Tribunais**

<http://americanradioworks.publicradio.org/features/marshall>

Transcrição de um documentário de rádio com uma hora de duração sobre a vida de Thurgood Marshall, contendo entrevistas com seus contemporâneos. O site também fornece informações biográficas, material sobre o processo judicial de dessegregação escolar *Brown vs. Conselho de Educação*, que se tornou um marco histórico, e sobre a luta pelos direitos civis.

### **Thurgood Marshall: Revolucionário Americano**

<http://www.thurgoodmarshall.com/home.htm>

Site associado à biografia de Thurgood Marshall, escrita por Juan Williams. Inclui trechos da biografia, artigos e discursos famosos do juiz Marshall e partes de entrevistas com Thurgood Marshall.

### **Biografia e Cronologia de Thurgood Marshall**

<http://chnm.gmu.edu/courses/122/hill/marshall.htm>

### **Galeria de Fotos Thurgood Marshall**

<http://www.thurgoodmarshall.com/gallery/gallery.htm>

### **História Contada de Thurgood Marshall do Acervo da Biblioteca Presidencial Lyndon B. Johnson**

<http://www.lbjlib.utexas.edu/johnson/archives.hom/oralhistory.hom/Marshall/marshall.pdf>

Thurgood Marshall relata suas reuniões com o presidente Johnson e transmite suas observações nesta completa documentação oral.

### **Nomeação de Marshall para a Suprema Corte**

<http://members.aol.com/klove01/marshall.htm>

Contém o vídeo da indicação de Marshall para a Suprema Corte.

### **Bibliografia sobre Thurgood Marshall**

<http://www.founders.howard.edu/moorland-spingarn/MARSHALL.HTM>

Elaborada após a morte do juiz Marshall em 1993, essa bibliografia abrangente contém livros, críticas de livros, teses e artigos de revistas e jornais sobre Marshall e também de sua autoria.

### **Thurgood Marshall: Registro de seus Escritos na Biblioteca do Congresso**

<http://lcweb2.loc.gov/service/mss/eadxm/mss/eadpdf/mss/2001/ms001047.pdf>

Descrição dos documentos de Marshall arquivados na Biblioteca do Congresso.

### **Registros Históricos do FBI sobre Thurgood Marshall**

<http://foia.fbi.gov/foiaindex/marshall.htm>

Milhares de páginas de documentos dos arquivos do FBI sobre ameaças à vida de Marshall, entrevistas sobre sua qualificação para juiz federal e seu não-envolvimento com o Partido Comunista.

---

*O Departamento de Estado dos EUA não se responsabiliza pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos de outras agências e organizações relacionados acima. Todos os links da internet estavam ativos em janeiro de 2007.*

## **CRÉDITOS:**

Créditos da esquerda para a direita separados por ponto-e-vírgula; de cima para baixo, por travessões.

Capa: © AP Images. Contracapa: foto da Biblioteca LBJ feita por Yoichi R. Okamoto. Página 2: registros do Estúdio Scurlock, Arquivo Central, Museu Nacional de História Americana, Centro Behring, Instituto Smithsonian; Acervo da Suprema Corte dos EUA. 3:

Cortesia do Departamento de Arquivos e História da Carolina do Sul (2). 5: © AP Images. 6: © AP Images. 7: © AP Images (2). 8: Foto tirada por fotógrafo da Baltimore Sun. 9: Acervo da Suprema Corte dos EUA. 10: © AP Images. 11: © AP Images/Bob Daugherty. 13: © Bettman/CORBIS — © AP Images/cortesia da NAACP. 15: Registros do Estúdio Scurlock,

Arquivo Central, Museu Nacional de História Americana, Centro Behring, Instituto Smithsonian. 16: Biblioteca do Congresso. 17: © AP Images. 20: © AP Images/Serviço de Correios dos EUA, George Nikitin. 22: © AP Images. Última capa: © AP Images/Matt Houston.

---

Editor executivo: George Clack  
Editora-gerente: Mildred Solá Neely  
Diretor de arte/design: Min-Chih Yao  
Editor colaborador: Chandley McDonald  
Pesquisadora de fotos: Ann Monroe Jacobs



À esquerda, Cecilia Marshall, viúva do ex-juiz da Suprema Corte dos EUA Thurgood Marshall, diante do busto recém-desvelado de seu falecido marido, após cerimônia de reinauguração do Aeroporto Internacional Thurgood Marshall de Baltimore, em 6 de junho de 2006



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA  
**Bureau de Programas de Informações Internacionais**  
<http://usinfo.state.gov/>